

## Órgão Especial do TJ reconhece e confirma direitos da Classe



Presidente Luiz Carlos representa a Magistratura no Órgão Especial

Em sessão realizada no dia 14 de setembro, o Órgão Especial do TJMG reconheceu e confirmou o direito a benefícios pessoais sobre os subsídios da Magistratura mineira. Na ocasião, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, saudou o colegiado pela decisão. Luiz Carlos e a Diretoria da Associação têm feito gestões junto ao TJMG, TCE-MG e ao CNJ para garantir a efetivação do direito. Na mesma sessão, os desembargadores aprovaram a restituição de imposto renda descontado indevidamente. **PÁGINAS 4 A 7**

## Magistratura mineira cumpre papel de guardiã da democracia nas eleições

JOÃO GUILHERME/TRE-MG



Presidente do TRE-MG, Maurício Soares, faz balanço da eleição

Juízes e juízas eleitorais garantiram a realização de eleições transparentes e seguras em Minas Gerais. Para valorizar a atuação da Magistratura durante o pleito, a Amagis fez campanha nas redes sociais, demonstrando a importância do trabalho da Classe e do TRE-MG em um Estado com mais de 16 milhões de eleitores. **PÁGINAS 2 E 3**

TJ esclarece sobre pleitos da OAB-MG  
**PÁGINA 9**

AMAGIS **Saúde!**

Check-up faz 5 anos reconhecido e aprovado pela Magistratura

PÁGINA 32

Amagis tem candidata na eleição da AMB  
**PÁGINA 14**



Rua Albita, 194  
Cruzeiro  
Belo Horizonte-MG  
CEP 30.310-160



Receba informações da Amagis pelo Whatsapp  
(31) 99881-4367

Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista

67 anos

Associação faz 67 anos com inovações  
**PÁGINA 15**

# Magistrados e Magistradas são protagonistas da democracia

LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS \*

Omês de outubro, período no qual nos dedicamos ao combate do câncer de mama, é também do reconhecimento da atuação Justiça Eleitoral, de cada juiz e juíza que garantem a democracia pelas várias Minas Gerais. O princípio da democracia é o direito do qual a Magistratura é a maior guardiã.

Os candidatos foram votados, e os eleitos merecem o aplausos; os eleitores compareceram e legitimaram a democracia. Discreta e diligentemente, os magistrados e magistradas ficaram no seu posto para viabilizar o direito daqueles serem escolhidos e da maioria votar em segurança. Como sempre fazem, se dedicaram com afinco e disposição democrática e responsável.

A verdade é que a festa da democracia só aconteceu porque juízas e juízes a prepararam. Apaziguaram os ânimos, projetaram a informação correta e celebraram o debate. Motivaram eleitores, capacitaram voluntários, mesários e orientaram os policiais. Fiscalizaram e selaram as urnas eletrônicas e cuidaram para a remessa de cada uma delas ao destino.

No dia da votação, como sempre fazem, acordaram de madrugada e foram os primeiros a chegar para acompanhar cada passo, cada gesto; sempre prontos a desembarçar

eventuais situações. Ao final do dia, como há noventa anos, a Magistratura anunciou os resultados de cada zona eleitoral, trazendo paz ao povo e segurança por suas escolhas. Os juízes e juízas merecem nossa manifestação de respeito e, acima de tudo, os parabéns por serem os verdadeiros protagonistas da democracia.

Essa foi, talvez, a eleição mais difícil da história do País, que, além do intenso trabalho, deixou bastante angustiada toda a Magistratura, nos últimos meses, por conta de ataques e desconfiças orquestrados e injustos. Ainda assim, ao longo de seus 90 anos, a Justiça Eleitoral tem assegurado, com reconhecida excelência, a hígidez na escolha de representantes do povo e, de cabeça erguida, atuado como fundamental para a manutenção da estabilidade político-social.

Ainda assim, a Magistratura foi igualmente reconhecida pelos candidatos e candidatas que visitaram a Amagis durante a campanha eleitoral, levando suas propostas e ideias e reafirmando a interlocução e a importância do Estado de Direito.

Além dos eleitos e dos eleitores, juízas e juízes foram os grandes vencedores, bem como a democracia!

(\*) Presidente da Amagis

***"Todos eles merecem nossa manifestação de respeito e, acima de tudo, os parabéns. Além dos eleitos e dos eleitores, foram os grandes vencedores"***



PRESIDENTE  
JUIZ LUIZ CARLOS  
REZENDE E SANTOS

VICE-PRESIDENTE ADMINISTRATIVA  
Juíza **Rosimere das Graças do Couto**

VICE-PRESIDENTE FINANCEIRA  
Juíza **Roberta Rocha Fonseca**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE  
Juiz **Jair Francisco dos Santos**

VICE-PRESIDENTE DO INTERIOR  
Juiz **Lourenço Migliorini Fonseca Ribeiro**

VICE-PRESIDENTE  
SOCIOCULTURAL-ESPORTIVO  
Desembargador **Maurício Pinto Ferreira**

VICE-PRESIDENTE DE  
APOSENTADOS E PENSIONISTAS  
Desembargadora **Heloísa Helena de Ruiz Combat**

DIRETORA-SECRETÁRIA  
Juíza **Ivone Campos Guilarducci Cerqueira**

DIRETOR-SUBSECRETÁRIO  
Juiz **Evandro Cangussu Melo**

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO  
Juíza **Daniela Cunha Pereira**

GERENTE DE COMUNICAÇÃO  
**Bruno Gontijo** •  
Mtb - MG: 11008

JORNALISTAS  
**Georgia Baçvaroff** • Mtb - MG: 08441  
**Tiago Parrela** • Mtb - MG: 14634  
**Izabela Machado** • Mtb - MG: 11210

PROJETO GRÁFICO  
**Agência Graffo**

DIAGRAMAÇÃO  
**Publicare Design**

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO  
**Imprimaset**

TIRAGEM: 2.100 EXEMPLARES

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

## DECISÃO

- JUIZES E JUÍZAS GARANTEM ELEIÇÕES SEGURAS E TRANSPARENTES **.03**
- DIRETORIA MANTÉM ATUAÇÃO INTENSA POR RECONHECIMENTO E EFETIVAÇÃO DE DIREITO **.04**
- TRABALHO DIÁRIO POSSIBILITA AVANÇOS **.05**
- VALORES E CRONOGRAMA DE RESTITUIÇÃO DO IR SERÃO PUBLICADOS EM NOVEMBRO **.06**
- AMAGIS REITERA PROPOSTA DE RESOLUÇÃO DE APOIO ÀS JUÍZAS GESTANTES E PUÉRPERAS **.07**
- TJ ESCLARECE SOBRE DEMANDAS DA OAB-MG EM RESPOSTA À AMAGIS **.09**
- REUNIÃO E CONFRATERNIZAÇÃO UNEM A CLASSE NO TRIÂNGULO MINEIRO **.11**
- AMAGIS REPUDIA E FAZ REPRESENTAÇÃO CONTRA ADVOGADOS NA OAB **.12**
- COMISSÃO DA AMAGIS ANALISARÁ PROPOSTAS DA CLASSE SOBRE TELETRABALHO **.13**

- AMAGIS COMPLETA 67 ANOS COM MUITA DEDICAÇÃO, TRADIÇÃO E INOVAÇÃO **.15**
- DIRETORIA ESTRUTURA SECCIONAL DE BETIM COM SALA DE APOIO **.17**
- DELEGADO ALERTA PARA CRIMES VIRTUAIS EM PALESTRA NA AMAGIS **.19**
- DIÁLOGO ENTRE DIREITO E LITERATURA REVELA TALENTOS NA MAGISTRATURA **.24**
- MAGISCULTURA É OPÇÃO PARA JUÍZAS NO UNIVERSO EDITORIAL **.25**

## SAÚDE

- OUTUBRO ROSA ALERTA SOBRE OS RISCOS DO CÂNCER DE MAMA **.31**
- CHECK-UP COMPLETA CINCO ANOS PROMOVENDO A SAÚDE DOS MAGISTRADOS **.32**

## DEFESA DA MAGISTRATURA

### VOTAÇÃO SEGURA

# Juízes e juízas garantem eleições seguras e transparentes

Como parte das ações voltadas para a valorização da Classe, em especial dos juízes eleitorais, a Amagis promoveu, em setembro, uma campanha nas redes sociais para reafirmar junto à população a importância da atuação da Justiça Eleitoral na defesa da democracia.

Ao final das apurações, o presidente da Amagis, juiz Luiz JOÃO GUILHERME/TRE-MG

Carlos Rezende e Santos, saudou o trabalho de juízes e juízas mineiros pela dedicação nas comarcas. “O que se viu das magistradas, magistrados e servidores que atuaram no processo eleitoral foi o exemplo de determinação para fazer o melhor. São espelhos e, por isso, o registro de gratidão e parabéns”, afirmou.



Magistradas e magistrados mineiros tiveram intensa atuação no dia da votação

# Diretoria mantém atuação intensa por reconhecimento e efetivação de direito

A fim de garantir a efetivação de vantagens pessoais sobre os subsídios da Magistratura, reconhecida pelo Órgão Especial do TJMG, a Diretoria da Amagis tem mantido, nos últimos meses, atuação intensa, em Brasília, Minas Gerais e no Rio de Janeiro, para que esse direito seja pago à Classe, assim como ocorre no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e no Ministério Público de Minas Gerais.

Em cerca de dois meses, o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, realizou várias reuniões e protocolizou diversos ofícios junto ao TJMG, com esclarecimentos e solicitações para que as vantagens pessoais comecem a ser pagas com a maior brevidade possível.

Como parte desses esforços, no dia 26 de setembro, a Associação desdobrou-se e o presidente Luiz Carlos, acompanhado do desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente da Associação e do TJMG, foi a Brasília e reuniu-se com o corregedor nacional de Justiça do CNJ, ministro Luís Felipe Salomão.

Entre os assuntos, estavam a ratificação da solicitação da Amagis quanto à brevidade na resposta a ofício do TJMG relativo às vantagens pessoais da Magistratura mineira, asseguradas à unanimidade pelo Órgão Especial. Na oportunidade, o ministro foi convidado a participar do Congresso da Magistratura Mineira, que será realizado pela Amagis entre os dias 30 de novembro e 2 de dezembro.

O ministro Luís Felipe Salomão mostrou-se solícito e sensível a ambos os temas e afirmou estar honrado em participar do Congresso. Prometeu

IZABELA MACHADO



Presidente Luiz Carlos entrega ofício ao presidente do TCE, conselheiro Mauri Torres

teu também priorizar a matéria relativa às vantagens pessoais dada a delicadeza do tema.

No mesmo dia, a Diretoria da Amagis esteve no TJMG, onde solicitou ao presidente do Tribunal, desembargador José Arthur Filho, novas informações referentes ao pagamento das parcelas das vantagens pessoais aos magistrados e magistradas. A vice-presidente Administrativa da Associação, juíza Rosimere das Graças do Couto, representou o presidente Luiz Carlos Rezende.

Pouco menos de uma semana antes, o presidente da Associação havia se reunido com o presidente do Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG), conselheiro Mauri Torres, com o conselheiro corregedor, Durval Ângelo, e o subprocurador-geral do TCE-MG, Gustavo Milânio. Entre os assuntos da pauta, estava a aprovação, pelo Órgão Especial do TJMG, da incidência das vantagens pessoais sobre o valor dos subsídios dos magistrados até o limite constitucional, a partir do que restou definido nas ADIs 3854 e 4014 julgadas pelo STF.

Luiz Carlos entregou ofício ao presidente Mauri Torres no qual informou sobre consulta do TJMG acerca do assunto. O presidente da Amagis solicitou o apoio do TCE para atender, da maneira mais célere possível, ao eventual pedido do TJMG para dirimir qualquer dúvida que ainda reste sobre o tema, de forma que a restituição dos direitos devidos aos magistrados mineiros seja feita com mais agilidade. “Temos plena confiança de que o Tribunal de Contas do Estado atenderá ao nosso pedido com a urgência que o tema impõe”, afirmou Luiz Carlos.

O juiz Juarez Moraes de Azevedo, integrante da Coordenadoria de Assuntos Legislativos e Remuneratórios da Associação, participou do encontro.

#### HISTÓRICO

Durante sessão do Órgão Especial do TJMG, no dia 14 de setembro, em que o Órgão Especial aprovou por unanimidade a incidência das vantagens pessoais sobre o valor dos subsídios dos magistrados até o limite constitucional, o presidente Luiz Carlos afir-

mou que a decisão recompõe um direito legítimo que estava incorporado ao patrimônio jurídico dos magistrados. O reconhecimento das vantagens pessoais foi resultado de ações propostas pela AMB no âmbito do STF (ADI) após 16 anos.

“O que se faz aqui, hoje, é uma verdadeira recomposição financeira, mas não se recompõe o tempo. No privilégio de estar na condição de presidente da Associação, gostaria de retribuir com a lembrança de todos aqueles que passaram, inclusive os que já aposentaram, que hoje ainda estão em uma situação mais delicada e os que já nos deixaram. O que estamos tentando fazer aqui é tentar recompor um pouco dessa dignidade que ficou no passado”, afirmou o presidente da Amagis durante a sessão do Órgão Especial.

Segundo o presidente Luiz Carlos, os avanços obtidos são resultado do trabalho coletivo, com o qual continuaram sendo feitos, por parte da Associação, todos os esforços necessários para a efetivação dessa conquista.

# Trabalho diário possibilita avanços

## ➤ 29 de junho

Órgão Especial do TJMG aprova o Parecer Administrativo nº 1493/2022, referente à incidência das vantagens pessoais nos subsídios da magistratura do Estado e/ou seus dependentes.

## ➤ 12 de julho

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, entregou ao presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, cópia de requerimento da Associação e parecer do juiz aposentado Carlos Roberto Loiola referente aos limites remuneratórios dos magistrados estaduais em desobediência do teto unitário da Justiça brasileira.

## ➤ 3 de agosto

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, reuniu-se com o presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, quando foram discutidos diversos temas, entre eles a efetivação de direito dos magistrados e magistradas.

## ➤ 24 de agosto

Órgão Especial do TJMG reconheceu que as vantagens pessoais que magistrados possuíam ao tempo da implementação do subsídio devem incidir sobre estes, observado o limite constitucional.

## ➤ 24 de agosto

Diretoria da Amagis formulou consulta ao TJRJ sobre a implementação dos efeitos do TEMA 257 do STF, especificamente quanto ao alcance da aplicação das vantagens pessoais, após a vigência da EC 41/2003, sobre os subsídios da Magistratura.

## ➤ 25 de agosto

Em reunião com o desembargador Geraldo Augusto, superintendente Administrativo Adjunto do TJMG, a Diretoria da Amagis solicitou a proclamação do resultado de julgamento do Órgão Especial, a fim de que a decisão do colegiado tivesse efeitos imediatos.

## ➤ 1º de setembro

Presidente da Amagis vai ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) para colher informações relativas à aplicação de vantagens pessoais nos subsídios da Magistratura fluminense.

## ➤ 9 de setembro

Diretoria da Amagis reúne-se para alinhar a atuação em defesa do reconhecimento das vantagens pessoais e da restituição de valores descontados indevidamente a título de imposto de renda.

## ➤ 12 de setembro

Associação encaminhou memorial aos desembargadores integrantes do Órgão Especial do TJMG com informação de que, no Rio de Janeiro, foi aplicada integralmente a decisão do STF oriunda da ADI 3854, proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

## ➤ 13 de setembro

Um dia antes da votação pelo Órgão Especial, a Diretoria da Amagis recebeu, na sede da Associação, um grupo de juízes para conversar sobre o reconhecimento das vantagens pessoais da Magistratura como patrimônio jurídico dos magistrados.

## ➤ 14 de setembro

Órgão Especial aprovou, de forma unânime, quanto à incidência das vantagens pessoais sobre o valor dos subsídios dos magistrados até o limite constitucional, a partir do que restou definido nas ADIs 3854 e 4014 julgadas pelo STF.

## ➤ 14 de setembro

O presidente do Tribunal, desembargador José Arthur Filho, esclareceu que, antes de implementar a decisão do Órgão Especial, iria consultar o Tribunal de Contas do Estado e a Corregedoria do CNJ.

## ➤ 19 de setembro

Diretoria da Amagis comunicou,

por meio de ofício, ao presidente do TJMG sobre o implemento das vantagens pessoais nos subsídios pelo Ministério Público e solicitou que, já na folha de pagamento de outubro, fosse agregado aos subsídios as vantagens pessoais dos magistrados, magistradas e pensionistas, conforme reconhecido pelo Órgão Especial do TJMG, independentemente de consulta a outros órgãos.

## ➤ 21 de setembro

Presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o juiz Juarez Morais de Azevedo, integrante da Coordenadoria de Assuntos Legislativos e Remuneratórios da Associação, reuniram-se com os conselheiros do TCE Mauri Torres (presidente) e Durval ngelo e o subprocurador-geral do TCE, Gustavo Milânio, para conversar a respeito da incidência das vantagens pessoais sobre o valor dos subsídios dos magistrados.

## ➤ 22 de setembro

Diretoria da Amagis oficiou tanto o TCE quanto o CNJ, solicitando o atendimento às consultas da Associação, sobre as vantagens pessoais, com a maior brevidade possível.

## ➤ 22 de setembro

O presidente do Tribunal informou que foram apresentadas consultas ao CNJ e ao TCE, quanto aos créditos reconhecidos pelo Órgão Especial.

## ➤ 26 de setembro

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o desembargador Nelson Missias de Morais, ex-presidente da Associação e do TJMG, foram à Corregedoria Nacional de Justiça para tratar da resposta do pedido do TJMG relativo às vantagens pessoais da Magistratura mineira.

## ➤ 26 de setembro

Diretoria da Amagis reuniu-se com o presidente do TJMG para solicitar informações sobre o pagamento das parcelas referentes às vantagens pessoais, conforme aprovado pelo Órgão Especial.

# Valores e cronograma de restituição do IR serão publicados em novembro

Durante reunião realizada no dia 26 de setembro, a Diretoria da Amagis foi informada pelo presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, que serão apresentados, até novembro, os valores nominais e o cronograma de pagamento da restituição de valores descontados indevidamente na remuneração dos magistrados a título de tributação de imposto de renda sobre juros de verbas de PAE e URVs.

Na ocasião, a vice-presidente Administrativa da Associação, juíza Rosimere das Graças do Couto, representou o presidente Luiz Carlos Rezende e Santos, que, na mesma data, reuniu-se com o corregedor nacional de Justiça do CNJ, ministro Luís Felipe Salomão, em Brasília, para tratar da efetivação de vantagens pessoais da Magistratura mineira, aprovada pelo Órgão Especial do TJMG no dia 14 de setembro. **(saiba mais nas páginas 4 e 5).**

Também em 14 de setembro, o colegiado aprovou a restituição dos descontos indevidos do imposto de renda dos magistrados, relativos aos juros de mora sobre as verbas de Equivalência Salarial e URV do período de 1994 e 2011. Nessa sessão, o presidente da Amagis saudou os desembargadores integrantes do Órgão Especial pela reposição daquilo que foi retirado da Classe indevidamente.

Nos últimos meses, o trabalho pela restituição dos valores descontados indevidamente foi objeto de reuniões constantes entre a Diretoria da Amagis e associados, encontros com dirigentes do Tribunal e a formalização de ofícios junto ao TJ, a fim de garantir a reparação dos danos a magistrados e magistradas.

Empenhando em dar uma solução rápida para essa questão, o presidente da Amagis reuniu-se, no dia 10 de agosto, com o advogado-geral do Estado, Sérgio Pessoa de Paula Castro, com o objetivo de viabilizar o termo de acordo em ações propostas contra o Estado de Minas Gerais para a restituição de valores descontados indevidamente pelo TJMG dos rendimentos dos Associados.

O acordo foi encaminhado ao Cejusc e, por ordem da 3ª vice-presidente do TJMG, desembargadora Ana Paula Nannetti Caieta, posteriormente, enviado à Presidência do Tribunal para que fosse ouvida a Comissão Administrativa, cujo parecer

TIAGO PARRELA



Diretores da Amagis reúnem-se com a Direção do TJMG na sede do Tribunal

foi favorável. Com isso, o Órgão Especial apreciou e aprovou a matéria.

O reconhecimento desse direito veio após nove anos de ações da Amagis contra a cobrança indevida. “Isso é resultado de trabalho coletivo. A recomposição financeira é digna, mas não recompõe as dificuldades do passado”, afirmou o presidente Luiz Carlos.

A atuação da Amagis pelo reconhecimento das vantagens pessoais teve início na gestão do saudoso desembargador Herbert Carneiro, ex-presidente da Associação, com o reconhecimento do tema por parte do STF. A atuação por essa reparação continuou com os presidentes que o sucederam, os desembargadores Maurício Soares e Alberto Diniz Junior.

#### INDENIZAÇÃO

A Diretoria também solicitou o pagamento das férias não gozadas em razão do acúmulo de serviço, sem necessidade de aguardar dois períodos vencidos, conforme precedente do CNJ. O presidente do TJ informou ter determinado que a indenização seja feita dessa maneira, com previsão de pagamento de um período em 15 de novembro.

#### PRESENCAS

Participaram da reunião, a vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza

Rosimere das Graças do Couto, o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos, a vice-presidente Financeira, juíza Roberta Rocha Fonseca, o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, desembargador Maurício Pinto Ferreira, a vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, desembargadora Heloísa Combat, o ouvidor da Amagis, juiz Auro Aparecido Maia, a diretora de Obras Sociais, juíza Marli Maria Braga, o diretor de Assuntos Jurídicos, desembargador Alberto Henrique Costa Oliveira, o juiz José Martinho Nunes Coelho, o juiz Juarez Moraes de Azevedo, integrante da Coordenadoria de Assuntos Legislativos e Remuneratórios, o desembargador Edison Feital, membro do Conselho de Saúde. O desembargador Pedro Aleixo Neto também participou da comitiva da Amagis atendendo a especial convite do presidente Luiz Carlos.

Também estiveram presentes, o superintendente administrativo adjunto do TJMG e ex-presidente do Tribunal, desembargador Geraldo Augusto, o superintendente Jurídico Institucional e ex-presidente do TJMG, desembargador Gilson Lemes, e os juízes auxiliares da Presidência do Tribunal, Delvan Barcelos Júnior, Thiago Colnago Cabral, Rodrigo Martins Faria e Marcela Novais.

## DEFESA DA MAGISTRATURA

VALORIZAÇÃO DAS MAGISTRADAS

# Amagis reitera proposta de resolução de apoio às juízas gestantes e puérperas

A vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Rosimere das Graças do Couto, reiterou, no dia 26 de setembro, ao presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, a proposta de resolução sobre o programa de apoio às juízas gestantes e puérperas, apresentada em maio pela Associação.

Com a resolução, a Amagis tem como objetivo contribuir com o Tribunal para que sejam definidos parâmetros sobre o acúmulo de serviço, quando a magistrada está em gestão ou no puerpério. Atualmente, não há uma normativa do TJMG e a própria juíza acaba preparando a substituição na comarca, o que, eventualmente, pode gerar prejuízos tanto para as juízas quanto para os jurisdicionados.

A proposta apresentada pela Associação busca otimizar os trabalhos do Tribu-

TIAGO PARRELA



Rosimere do Couto reitera proposta da Amagis a José Arthur Filho

nal, levando em considerando a realidade das magistradas gestantes e puérperas, a fim de que elas não fiquem sobrecarrega-

das para manter a prestação jurisdicional. **Saiba mais sobre a reunião e os pleitos apresentados pela Amagis na página 6.**

# ENERGIA RENOVÁVEL E MAIS BARATA.



ECONOMIZE ATÉ 20% NA  
SUA TARIFA DE ENERGIA.<sup>1</sup>



SEM INVESTIMENTOS E SEM  
OBRAS EM SEU IMÓVEL.



Garanta seu desconto:  
**EVOLUAENERGIA.COM.BR/AMAGIS**

**E**  
**EVOLUA**  
ENERGIA

<sup>1</sup>Consulte condições no site.

# ENCONTRO DA MAGISTRATURA MINEIRA

O Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, e o Presidente da Associação dos Magistrados Mineiros, Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, convidam para o Encontro da Magistratura Mineira 2022.

## Data

03 de dezembro de 2022

Às 21 horas

## Local

Mix Garden

(Rua Projetada, 65 – Jardim Canadá - Nova Lima - MG)

Haverá serviço de manobrista

Compre seus convites:



ou pelo site:

[www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br)

**Venda de convites -** Valor: R\$ 250,00

**1º lote: Até o dia 18 de outubro** exclusivamente para associados(as) e um(a) acompanhante. Em razão de segurança e logística, os ingressos são nominais e intransferíveis. Por isso, será necessário, no ato da compra, ter em mãos os números de CPF do titular e dependentes.

**2º lote: De 19 de outubro a 10 de novembro**, exclusivamente para associados e até 4 dependentes.

**3º lote: A partir de 11 de novembro**, apenas se houver ingressos disponíveis, a venda será aberta para convidados. As vendas serão feitas exclusivamente on-line pelo site [www.amagis.com.br](http://www.amagis.com.br).

**Mais informações: (31) 3079-3499 ou [eventos@amagis.com.br](mailto:eventos@amagis.com.br)**

\*Convites nominais e intransferíveis.

Show com Biquini Cavado



# TJ esclarece sobre demandas da OAB-MG em resposta à Amagis

**Em resposta a ofício da Amagis, o presidente do TJMG, desembargador José Arthur Filho, enviou, no dia 19 de setembro, ao presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, esclarecimentos sobre tratativas do Tribunal com a OAB-MG, que gerou uma série de questionamentos de associa-**

**dos de todo o Estado.** No documento, o presidente do Tribunal observou que aguardava envio de requerimento formal da Ordem para analisar os pedidos de acordo com as normas em vigor. Com relação à regularização das salas da OAB-MG nas comarcas, ele também esclareceu que a instituição ocupa 1.264,89 m<sup>2</sup> acima do que determina resolução do CNJ, gerando débito para a autarquia. O valor devido e a adequação das áreas (redução) foram pautas do encontro, e o TJMG aguarda proposta da Ordem sobre o tema.

Sobre o acesso dos advogados ao prédio dos fóruns, o presidente do TJMG esclareceu que foi discutida somente uma eventual adequação dos controles de acesso (ca-

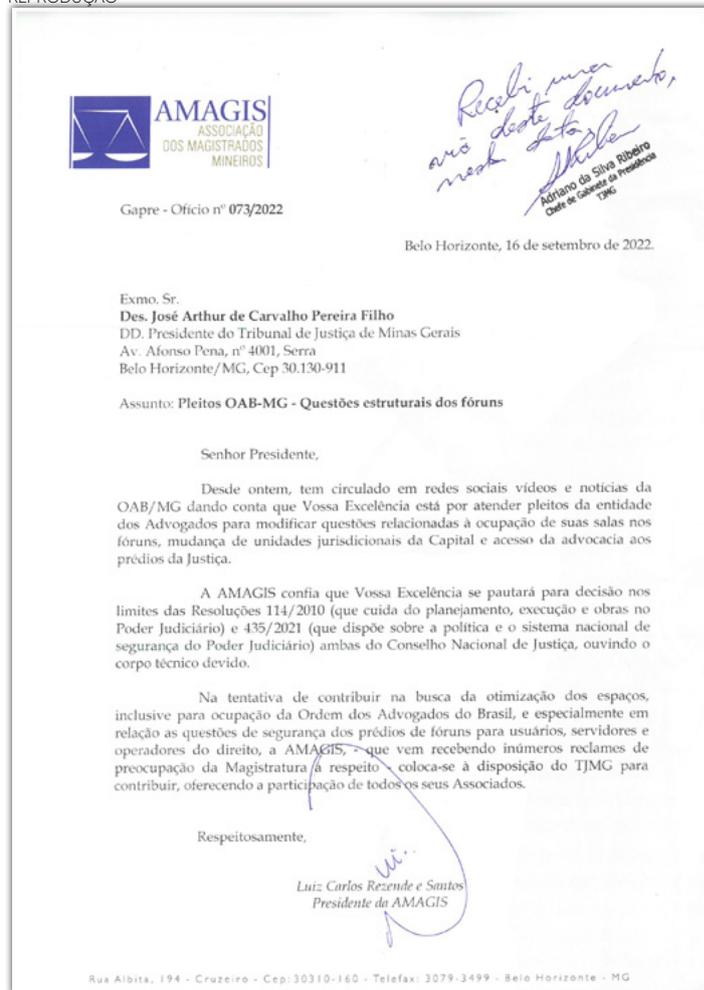
tracas) para permitir o uso da carteira da OAB em substituição aos cartões atuais. Conforme o ofício, serão “mantidos os demais procedimentos de segurança previstos na Portaria Conjunta nº 788/PR/2018 e Resolução nº 435/2021 do CNJ”.

Por fim, foi esclarecido que, com relação à ocupação prédios da rua Mato Grosso para a reforma do Fórum Lafayette, a OAB-MG requereu a unificação dos espaços destinados às Varas de Família e Sucessões, além de atenção especial quanto à segurança dos plenários dos Tribunais do Júri.

O presidente José Arthur Filho reafirmou seu compromisso com a defesa do Judiciário, magistrados, servidores e colaboradores, com foco na melhoria e qualificação da prestação jurisdicional e solicitou ampla divulgação dos esclarecimentos à Classe.

Em informe divulgado à Magistratura Mineira no dia 21 de setembro, o presidente da Amagis prestou todos os esclarecimentos e reafirmou a confiança da Associação na condução da questão pelo pre-

REPRODUÇÃO



### Amagis solicita esclarecimentos em ofício

sidente do TJMG, e colocou-se à disposição para auxiliar com a expertise de todos os asso-

ciados e contribuir nas tratativas com quaisquer órgãos que se fizerem necessárias.

DE 30 DE NOVEMBRO A 2 DE DEZEMBRO  
EM BELO HORIZONTE

INSCRIÇÕES E MAIS INFORMAÇÕES EM:

[WWW.CONGRESSO.AMAGIS.COM.BR](http://WWW.CONGRESSO.AMAGIS.COM.BR)

Realização:



# AG18

AVANTGARDE  
18 ANOS CONDUZINDO  
A EXCELÊNCIA



AV RAJA GABAGLIA 4343 SANTA LÚCIA CEP 30350577  
BELO HORIZIONTE MG 31 3264 9797 @avantgardemotors

# Reunião e confraternização unem a Classe no Triângulo Mineiro

A fim de promover a integração da Magistratura mineira, a Diretoria da Amagis, reuniu-se, no dia 22 de setembro, com magistrados e magistradas de Araguari (Triângulo Mineiro) e, no mesmo dia, realizou, em Uberlândia, mais uma edição do Integramagis no interior do Estado.

Durante a reunião, o presidente da Amagis conversou com os associados sobre as tratativas com o TJMG para o pagamento de vantagens pessoais dos magistrados e a restituição de imposto renda cobrado indevidamente. Luiz Carlos também deu informações relacionadas à interlocução com parlamentares no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

O presidente da Associação ressaltou também a importância das eleições da AMB que serão realizadas dos dias 8 a 11 de novembro. “Temos que nos unir e demonstrar a legitimidade e a força da Magistratura mineira no cenário nacional”, disse.

Candidata a vice-presidente na chapa única que disputa o pleito, a juíza Rosimere das Graças do Couto, vice-presidente Administrativa da Amagis, reiterou o trabalho diário feito pela Associação na defesa dos direitos da Magistratura mineira e ressaltou a importância do associativismo para a Classe (**saiba mais na página 12**).



**Luiz Carlos fala sobre as tratativas com o TJ para efetivação de Direito da Classe**

O desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis, destacou o trabalho feito pela Diretoria da Associação em favor da Magistratura mineira. “Conheço a vida associativa em Minas e no Brasil e posso afirmar que nunca vi uma equipe igual a essa da Amagis. Os juízes Luiz Carlos, Rosimere das Graças e Jair Francisco, bem como os demais integrantes da Diretoria, estão conectados com

a vida dos juízes, seus direitos e suas prerrogativas”, afirmou.

De acordo com o vice-presidente de Saúde da Associação, juiz Jair Francisco do Santos, os encontros com os magistrados, tanto para discutir a valorização da Classe quanto em confraternizações, fortalecem o associativismo mineiro. “A aproximação entre magistrados e magistradas da capital e do interior só agradece a Classe”, pontou.



**Juízes de Uberlândia, Uberaba, Nova Ponte, Ituiutaba e Araguari participaram do encontro**

## DEFESA DA MAGISTRATURA

NOTA PÚBLICA

# Amagis repudia e faz representação contra advogados na OAB nacional

A Diretoria da Amagis divulgou, no dia 30 de setembro, nota de repúdio aos advogados André Rachi Vartuli e Mário Oliveira Filho por publicarem em rede social parte de audiência de conciliação no Cejusc do TJMG, realizada no dia 27 de setembro. A Associação fez uma representação ao Conselho de Ética da OAB Nacional contra esses dois profissionais.

Ao contrário do que foi sustentado pelo advogado Mário Oliveira Filho, numa tentativa de desdenhar do trabalho da juíza, a audiência conciliatória teve cunho civil e não criminal. A magistrada conduziu o ato buscando a conciliação das partes em contenda de cunho meramente financeiro.

Ainda na audiência, a juíza negou ao advogado André Rachi Vartuli di-

reito de gravação do ato, a partir do entendimento de que a conciliação e a mediação são tratadas pelo princípio da confidencialidade e, por isso, seu teor não poderia ser utilizado para fim diverso do previsto.

Para o presidente da Amagis, juiz Carlos Rezende e Santos, a decisão judicial foi devidamente fundamentada e, por isso, sujeita a recursos próprios e previstos em lei, e não a divulgações ofensivas e distorcidas em redes sociais.

“Está nítido que a conduta destemperada e desarrazoada de ambos os advogados, cada um de sua maneira, só se justifica dado o absurdo cunho misógino contra profissional do sexo feminino”, afirmou Luiz Carlos.



### Nota de Repúdio

A Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis), ao tomar conhecimento de publicação em rede social de parte de audiência de conciliação ocorrida no Cejusc - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do TJMG - no dia 27/09/2022, vem apresentar nota de repúdio contra seus responsáveis - os advogados André Rachi Vartuli e Mário Oliveira Filho a fim de restabelecer a verdade.

A referida audiência conciliatória teve cunho civil, ao contrário do sustentado pelo advogado Mário Oliveira Filho, que deu tom jocoso ao trabalho da Juíza e ainda sustentou tratar-se de ato em audiência criminal, publicando isso no site “papo de criminalista”. Logo se vê o despreparo e descrédito do referido advogado, que teve único propósito de desdenhar o trabalho da Juíza que presidia o ato buscando a conciliação das partes em contenda de cunho meramente financeiro.

Por outro, a Juíza compareceu à audiência após dificuldades enfrentadas pela conciliadora. Em seguida, a Magistrada negou ao advogado André Rachi Vartuli direito de gravação do ato, sob o entendimento de que a conciliação e a mediação são tratadas pelo princípio da confidencialidade e, por isso, seu teor não poderia ser utilizado para fim diverso do previsto.

Portanto, a decisão judicial foi devidamente fundamentada e, por isso, sujeita a recursos próprios e previstos em lei, e não divulgações ofensivas e distorcidas em redes sociais, para externar a frustração do advogado ao ver negado seu pedido.

A Magistrada que presidiu o ato é profissional de reputação reconhecida, sendo repugnante a atitude antiética, abusiva e desrespeitosa do advogado que violou o dever de urbanidade, imposto a todos, por força de lei, além da inestimável boa educação.

Aliás, está nítido que a conduta destemperada e desarrazoada de ambos os advogados, cada um de sua maneira, só se justifica dado o absurdo cunho misógino contra profissionais do sexo feminino, as quais exerciam suas funções com o devido cuidado às partes e aos operadores do direito, sem exceção.

A Amagis está encaminhando representação ao Conselho de Ética da OAB Nacional contra os referidos advogados, sem prejuízo de outras ações em apoio à ofendida nas esferas civil e criminal.

Belo Horizonte, 30 de setembro de 2022.

Juiz Luiz Carlos Rezende e Santos  
Presidente da Amagis

Nota divulgada pela Amagis

## Você sabia

que existe uma agência da RE/MAX, a maior rede imobiliária do mundo, presente em mais de 118 países, com atendimento exclusivo para os magistrados?

Somos um escritório imobiliário especializado na compra e venda de imóveis na região centro-sul de BH.

Estamos localizados em um dos andares corporativos do prédio da Amagis, bem aqui no coração da zona sul, no bairro Cruzeiro. “Como empresário do mercado imobiliário, sei de toda deferência e discrição que a classe demanda” enfatiza Leonardo Abud, Broker/Owner da RE/MAX JUS e filho do saudoso desembargador José Carlos Abud.

Se você quer vender ou comprar um imóvel, fale conosco! Temos um time de especialistas à disposição para melhor atendê-lo.



IMOBILIÁRIA

RE/MAX  
CRECI 5853-J  
JUS



FONE: 31 99662-3378 / 31 3586-8858  
Rua Albita, 194 - Sala 504 - Cruzeiro - Belo Horizonte/MG  
leonardoabud@remax.com.br

# Comissão da Amagis analisará propostas da Classe sobre teletrabalho

Comissão instituída pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, em setembro, recebeu até o dia 4 de outubro, propostas e sugestões dos associados e associadas sobre o teletrabalho, que serão sistematizadas e encaminhadas ao TJMG.

A comissão é formada pelo vice-presidente Socio-cultural-esportivo da Amagis, desembargador Maurício Pinto Ferreira, e pelos juízes Aloysio Libano de Paula Junior (secretário), Fábio Gabriel Magrini Alves e Murilo Silvio de Abreu.

O grupo ficará encarregado de todo o processo de

MARCELO CAMARGO/AGÊNCIA BRASIL



### Avanços tecnológicos possibilitaram o teletrabalho

organização, análise e encaminhamento das propostas e sugestões a serem recebidas pela Associação sobre o te-

letrabalho, a fim de contribuir com o aperfeiçoamento dessa modalidade laboral, para adequá-la à realidade

da Magistratura. As contribuições podem ser enviadas para o e-mail imprensa@amagis.com.br.



## Por que ter um seguro de Vida?

A CRD oferece coberturas que asseguram que nem você nem sua família fiquem desamparados financeiramente em casos de acidentes, doenças ou outros imprevistos.

Escolha coberturas conforme suas necessidades e fique tranquilo hoje para enfrentar os imprevistos em todas as situações.

### Conheça nossa consultora local



#### Emmanuelle Moreira

Além de advogada, há mais de 6 anos ela é especialista em seguro de vida.

Atua no mercado de seguros há 14 anos e atende os associados AMAGIS desde 2013.

Venha tomar um café conosco e faça um estudo personalizado sem compromisso com a melhor proteção financeira, familiar e patrimonial.



www.crdseguros.com.br  
contato@crdseguros.com.br  
0800 404 6868

CRD Filial MG (31) 3568-0477  
Ramal AMAGIS (31)3568-3442  
WhatsApp (31)99123-4618  
Rua Albita, 194 - Bairro Cruzeiro  
Sala 403 - 4º Andar - AMAGIS

# Vice da Amagis integra chapa única para eleições da AMB

A juíza Rosimere das Graças do Couto, vice-presidente Administrativa da Amagis, integra a chapa **Combatividade, Coragem e União**, única inscrita para as eleições da AMB, cuja votação será realizada dos dias 8 a 11 de novembro. O candidato à presidência é o juiz Frederico Mendes Junior, do TJPR.

Juiz da Comarca de Maringá (PR), Mendes Junior presidiu a Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) em duas gestões (2014/2015 e 2016/2017) e, atualmente, exerce a função de coordenador da Justiça Estadual na AMB, da qual se licenciou para disputar as eleições.

Com vasta experiência associativa, a juíza Rosimere do Couto foi vice-presidente de Saúde da Amagis (2019-2021), diretora-subsecretária (2016-2018) e diretora de comunicação (2010-2015). Na última gestão, quando era vice-presidente de Saúde, a magistrada enfrentou o desafio de dirigir a Amagis Saúde durante o momento mais intenso da pandemia da Covid-19.

#### VOTAÇÃO

O sufrágio será realizado de forma virtual, nos dias 8 e 9 de novembro, por carta e presencialmente entre 10 e 11 de novembro, das 8h às 18h, no horário de Brasília.



Frederico Junior com Roberval Belinati, presidente da Comissão Eleitoral

Estão aptos a votar todos os/as magistrados/as associados/as que, até o último dia útil do mês de abril do ano da eleição do Conselho Executivo, estavam em dia com suas obrigações e contribuições sociais. Os/as magistrados/

as que ingressaram na carreira e se filiaram à AMB após essa data também são considerados eleitores.

Mais informações sobre a eleições da AMB estão disponíveis no site [eleicoes2022.amb.com.br](http://eleicoes2022.amb.com.br).

## CHAPA COMBATIVIDADE, CORAGEM E UNIÃO

#### PRESIDENTE

Frederico Mendes Junior (Amapar)

#### VICE-PRESIDENTES

Andrea Cristina de Souza Haus Waldrigues (Amatra 12)  
Engelo Antonio Alencar dos Santos (Amma)  
Cláudio Luís Martinewski (AJURIS)  
Emanuel Bonfim Carneiro Amaral Filho (Amepe)  
Eunice Bitencourt Haddad (Amaerj)  
Fernando Chemin Cury (Amamsul)  
Joriza Magalhães Pinheiro (ACM)  
Julianne Freire Marques (Asmeto)  
Marcelo Pizolati (AMC)  
Nilton Santos Oliveira (Apamagis)  
Patrícia Machado Carrijo (Asmegeo)  
Rosimere das Graças do Couto (Amagis)

#### COORDENADORES

Justiça Estadual: Vanessa Ribeiro Mateus (Apamagis)  
Justiça Federal: Anderson Furlan Freire da Silva  
Justiça do Trabalho: Sérgio Polastro Ribeiro (Amatra 15)  
Justiça Militar: Paulo Adib Casseb (Amajme)  
Aposentados: Leila Torelly Fraga (AJURIS)

#### CONSELHO FISCAL

Alexandre Miguel (Ameron)  
Gustavo Adolfo Plech Pereira (Amase)  
Jussara Schittler dos Santos Wandscheer (AMC)  
Marianne Júdice de Mattos (Amages)  
Thiago Brandão de Almeida (Amapi)

# Amagis completa 67 anos com muita dedicação, tradição e inovação

AMAGIS



Ex-presidentes participam de assembleia histórica na Amagis, em 2013

Criada formalmente no dia 21 de outubro de 1955, e fortalecida com a união entre os magistrados do interior e da capital, em 1972, a partir da integração com a Associação Regional de Magistrados (Armam), de Juiz de Fora, e a Associação Estadual de Magistrados (Assemag), de Belo Horizonte, a Amagis completa, neste mês, 67 anos com as marcas da tradição e da inovação.

A tradição se faz presente na reafirmação dos propósitos de magistrados como Maurício Delgado, José Guido de Andrade, João Grinalson da Fonseca, Helvécio Rosenburg e Erotides Diniz, entre tantos que abraçaram o associativismo mineiro e, ao longo dos anos, atuaram diariamente pela valorização da Classe.

A defesa de melhores salários, condições de trabalho, autonomia e independência do Judiciário, presentes na Constituição de 1988, que abriram caminho para o desembargador aposentado Reynaldo Ximenes tornar-se o primeiro juiz a presidir a Associação, de 1990 a 1991, são pautas permanentes da Amagis, cuja atuação também é pautada pelos interesses dos aposentados e a efetivação de direitos da Magistratura.

É, pois, pela aprovação da PEC 65 (Valorização Por Tempo de Serviço na Magistratura e no Ministério Público), que

a Diretoria da Associação tem atuado no Congresso Nacional. E pela efetivação de direitos como a restituição da incidência de imposto de renda cobrado indevidamente sobre verbas salariais pagas retroativamente, e de vantagens pessoais (quinqüênios) aos magistrados que façam jus a essas garantias, a atual gestão tem mantido diálogo institucional diário com o TJMG.

Na avaliação do presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a prioridade do associativismo mineiro deve ser, sempre, a mesma dos criadores da Associação: a valorização da Magistratura. Para ele, essa missão pode ser cumprida com a partir da participação ativa dos magistrados na Amagis. “A união da Magistratura mineira está no DNA da nossa Associação. Em nome dessa tradição, por conquistas para a classe, a Associação deve avançar sem perder seus referenciais históricos”, afirmou.

A partir dessa percepção, a Diretoria tem atuado para fortalecer a Classe, promovendo inovações, como a criação da Escola Superior da Magistratura da Amagis e a instalação de oito novas coordenadorias, que ampliam a atuação da Associação ao mesmo tempo em que integra mais magistrados ao associativismo mineiro, reafirmando, assim, o princípio de união que deu origem à Amagis.



## PRESIDENTES DA AMAGIS NOS 67 ANOS

- **Helvécio Rosenburg**  
(1972–1974)
- **Erotides Diniz**  
(1975–1976)
- **Régulo da Cunha Peixoto**  
(1977–1978)
- **Jacomino Inacarato**  
(1978–1979)
- **Lamartine Cunha Campos**  
(1980–1981)
- **Lincoln Rocha**  
(1982–1985 e 1988–1989)
- **Márcio Aristeu M. de Barros**  
(1986–1987)
- **Reynaldo Ximenes Carneiro**  
(1990–1991)
- **Petrônio José Garcia Leão**  
(1992–1993)
- **Paulo Geraldo de Oliveira Medina**  
(1994–1995)
- **José Guido de Andrade**  
(1995–1997)
- **Elpidio Donizetti Nunes**  
(1998–2001)
- **Doorgal Gustavo Borges de Andrada**  
(2002–2003)
- **Carlos Augusto de Barros Levenhagen**  
(2004–2006)
- **Nelson Missias de Moraes**  
(2007–2009)
- **Bruno Terra Dias**  
(2010–2012)
- **Herbert José Almeida Carneiro**  
(2013–2015)
- **Maurício Torres Soares**  
(2016–2018)
- **Alberto Diniz Junior**  
(2019–2021)
- **Luiz Carlos Rezende e Santos**  
(atual presidente)

## ASSOCIATIVISMO

### RELACIONAMENTO

# Ouvidoria participa de encontro visando fortalecer os laços com a Classe

A Ouvidoria da Amagis participou, no dia 14 de setembro, de encontro da Rede Ouvir – Rede Mineira de Ouvidorias Públicas, realizado no TRE-MG, no qual foram discutidas melhorias na prestação de serviços à sociedade.

Presente na reunião, o ouvidor da Amagis, juiz Auro Aparecido Maia de Andrade, considerou o encontro importante por promover a troca de experiência entre as instituições, a fim de que a prática de cada uma delas no atendimento ao público possa ser aprimorada. O encontro foi aberto pelo presidente do TRE-MG, desembargador Maurício Soares, e contou com a participação do ouvidor do Tribunal Eleitoral, juiz Marcelo Paulo Salgado.

A Ouvidoria da Amagis foi instituída no início deste ano, com o objetivo de facilitar o acesso à Associação e a seus departamen-



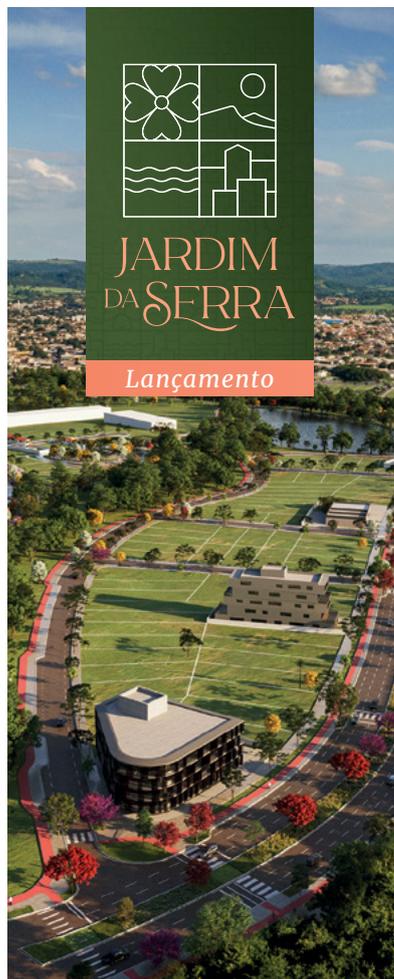
Ouvidores da Rede Ouvir reuniram-se no TRE-MG

tos, incentivar as manifestações dos associados e dar respostas rápidas e eficazes aos encaminhamentos feitos por eles.

Segundo Auro Aparecido, a Ouvidoria da Amagis é uma porta de comunicação que possibilita aos magistrados e magistradas se

sentirem mais próximos da Associação.

Os interessados podem entrar em contato com a Ouvidoria da Amagis pelo número de WhatsApp (31) 99749-1502, por meio do telefone (31) 3079-3499 ou enviado e-mail para [ouvidoria@amagis.com.br](mailto:ouvidoria@amagis.com.br).



## A sua melhor escolha para **viver bem.**

O melhor bairro de Sete Lagoas chegou para ressignificar o seu sentido de **viver bem dentro da cidade.** Um empreendimento com infraestrutura completa, **pensado em todos os detalhes para proporcionar bem-estar.** Localizado ao lado do Shopping Sete Lagoas, é o bairro perfeito para você construir a sua casa dos sonhos ou o seu próspero negócio.

Lotes a partir de **525 m<sup>2</sup>**

Escritura do imóvel\* por conta da EPO. Para você, que é associado da Amagis e deseja adquirir um produto EPO.

\*Consulte as condições válidas até 31/12/2022.

Venha escolher o seu.

[bairrojardimdaserra.com.br](http://bairrojardimdaserra.com.br)  
**(31) 99825-3864**

Desenvolvimento e construção:



Coordenação de vendas:



Todas as ilustrações são representações artísticas. Memorial descritivo de entrega prevalece sobre essas ilustrações.

# Diretoria estrutura Seccional de Betim com sala de apoio

A Diretoria da Amagis participou, no dia 8 de setembro, da inauguração da sala da 28ª Seccional da Associação, em Betim (Grande BH), no Fórum Caio Nelson de Sena. O espaço amplia a presença da Associação na comarca e oferece apoio aos magistrados.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, aproveitou o evento para reunir-se com os juízes e juízas e informá-los sobre as ações da Associação em defesa dos direitos da Classe, como a restituição de valores descontados indevidamente dos subsídios.

Segundo Luiz Carlos, a instalação da Sala da Amagis é uma forma de ampliar o debate e o diálogo entre os magistrados, fortalecendo a relação de pertencimento à Magistratura. “É importante que as seccionais estejam estruturadas para que nós possamos chegar de forma mais rápida e efetiva a todos os magistrados do Estado”, afirmou.

Para o diretor da seccional da Amagis

TIAGO PARRELA



Sala amplia presença da Amagis na comarca

em Betim, juiz Robert Lopes de Almeida, a criação da sala aproxima ainda mais os magistrados da Associação. “Esse trabalho garante uma maior coesão da categoria, oferecendo um espaço de comunicação e de debate de ideias”, comentou.

A 28ª Seccional da Amagis também é composta pela juíza Simone Torres Pedroso (tesoureira) e a juíza Perla Saliba Brito (secretária). Integram a seccional, as Comarcas de Betim, Bonfim, Brumadinho, Esmeraldas, Igarapé e Mateus Leme.

## Amagis recebe visita de ex-presidentes

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, recebeu a visita dos ex-presidentes da Associação, desembargadores Reynaldo Ximenes (1990-1991) e Elpídio Donizetti (1998-2001) no dia 15 de setembro. O desembargador Alberto Henrique Costa de Oliveira, diretor de Assuntos Jurídicos da Amagis também participou do encontro.

Uma semana antes, Luiz Carlos havia recebido o ex-presidente da Associação desembargador Doorgal Andrada (2002-2003). Eles conversaram sobre pautas da Magistratura mineira e do Judiciário.

No dia 3 de outubro, o presidente da Amagis recebeu o deputado federal Lafayette Andrada, irmão do desembargador Doorgal. Na oportunidade, Luiz Carlos e o parlamentar, reeleito por Minas Gerais, conversaram sobre temas de interesse do Legislativo e do Judiciário.

TIAGO PARRELA



Luiz Carlos com ex-presidentes na sede da Associação



## Conheça nossos leilões judiciais eletrônicos...

Leiloeiros devidamente cadastrados no sistema  
AJG | Resolução 882/2018 artigo 18 (indicação direta)



Escaneie o QR Code

Realize leilão com quem é especialista

# 0800 242 2218

[indicacao@mgl.com.br](mailto:indicacao@mgl.com.br)

### Administrador Judicial

Administração judicial, promovendo o planejamento de recuperações de empresas.

### Advogados

Habilitação e movimentação processual, assessoria e correspondência jurídica.

### Peritos

Elaboração de relatórios e laudos técnicos, cumprindo as determinações impostas sempre com a presteza e eficiência.

### Economistas

Previsão econômica para empresas, elaboração de planejamento de aplicações financeiras e perspectiva macro micro econômica.



## GRUPOCRÉDITO

Soluções para todas as fases processuais

# Especialista alerta para crimes virtuais em palestra na Amagis

“Não é bom demais para ser verdade? Se a resposta for afirmativa, desconfie”. O alerta é do delegado da Polícia Civil do Estado do Piauí, Alesandro Gonçalves Barreto, especialista em crimes cibernéticos, durante palestra realizada na Amagis, no dia 21 de setembro, sobre como se proteger de golpes nessa área. A conferência foi promovida no âmbito da Coordenadoria de Segurança da Associação.

Barreto chamou a atenção para o fato de que, se antigamente as pessoas levavam dinheiro na carteira, hoje elas circulam com grandes quantias nos celulares, em que levam boa parte do seu ativo digital (redes sociais, e-mails, senhas e aplicativos bancários).

Segundo o delegado, a internet residencial e os próprios smartphones também integram esse ativo. Por essa razão, ele recomenda às pessoas não compartilharem sua

TIAGO PARRELA



**Palestra foi promovida pela Coordenadoria de Segurança da Amagis**

rede de wi-fi e salientou que os primeiros passos a serem tomados em casos de furto de celular são: ligar para o banco, alterar senhas de e-mails e das redes sociais, ligar para a operadora e cancelar o sim card, e somente depois fazer o boletim de ocorrência.

O especialista também esclareceu que a maioria dos crimes cibernéticos está ligada à

chamada engenharia social, empregada por criminosos virtuais, valendo-se de subterfúgios, como criar o pânico e oferecer vantagens, entre outros artifícios, para obter dados pessoais e infectar os computadores das vítimas com programas maliciosos (malware).

A abertura da palestra foi feita pelo presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende

e Santos, que estava acompanhado dos membros da Coordenadoria de Segurança da Associação, juízes Wagner de Oliveira Cavaliere e Jair Francisco dos Santos, que também é vice-presidente de Saúde da Amagis. **Acesse o QR Code ao lado e assista ao vídeo da conferência.**

ASSISTA AO VÍDEO



## PROTEJA-SE DE CRIMES VIRTUAIS

PIXABAY

- Recomenda-se criptografar os dispositivos eletrônicos
- Tenha um celular reserva para transações bancárias
- Instale apenas um aplicativo bancário simples no celular de uso diário
- Não aceite token de transação financeira por SMS
- Não utilize redes de wifi para fazer transações financeiras
- Não clique em links desconhecidos, principalmente os enviados por SMS
- Não repita as senhas em mais de um dispositivo eletrônico
- Não use senhas associadas a datas e outros números, como telefones e CPF
- Não guarde senhas no celular, como em blocos de nota
- Altere suas senhas regularmente
- Não associe uma única conta de e-mail a vários serviços on-line
- Tenha uma conta de e-mail exclusiva para redes sociais
- Desvincule o número do seu telefone das redes sociais
- Remova seu perfil dos mecanismos de busca das redes sociais
- Não compartilhe informações e conteúdo íntimos
- Leia as políticas de privacidade e de uso dos aplicativos
- Instale um aplicativo autenticador no smartphone
- Só baixe aplicativos das lojas oficiais
- Atualize os aplicativos
- Ative a verificação em duas etapas no WhatsApp
- Restrinja suas informações no WhatsApp aos seus contatos ou a ninguém
- Não utilize WhatsApp Web em computadores de terceiros

# Segurança Pública nas eleições de 2022

Eleições livres são um dos mais importantes acontecimentos de uma democracia

PAULO DE TARSO TAMBURINI\*

As eleições livres e democráticas constituem-se no mais importante evento numa democracia, tanto assim que o constituinte originário de 1988, talvez sem paralelo no mundo, estabeleceu no texto da Constituição Federal, até mesmo a data em que estas ocorrerão, como consta expressamente do art.77 da nossa Carta Magna.

Por essa razão, no primeiro domingo de outubro último, por ocasião deste evento, o País teve uma movimentação de mais de 156 milhões de pessoas entre as 8 e 17 horas. Minas Gerais, como o segundo maior colégio eleitoral do País e com o maior número de municípios (853), teve 2.560 candidatos à disposição da escolha de seus 16.290.870 eleitores, que utilizaram 57.112 urnas eletrônicas, com o auxílio de 15.582 servidores da Justiça Eleitoral e 195.101 mesários, na sua maioria, voluntários ao serviço.

Num cenário nacional, em que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) já determinou a aplicação de força federal em 568 localidades para a Garantia da Votação e Apuração (GVA), Minas Gerais seguiu sua tradição de nunca ter experimentado a necessidade dessa providência, sobretudo em razão da excelência e competência de

seus serviços de segurança pública.

Neste sentido, também oferecendo exemplo ao Brasil, o Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) criou o Gabinete Institucional de Segurança (GIS), que congrega os representantes do TRE-MG, do Ministério Público Eleitoral (Federal e Estadual), das Polícias Militar e Civil do Estado, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal (PRF), Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública (Sejusp), Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e Exército Brasileiro, com a competência para apreciar os pedidos das zonas eleitorais referentes à segurança pública.

A Polícia Militar de Minas Gerais, que apoia sobremaneira a logística de distribuição e nos trabalhos da auditoria das urnas eletrônicas, novamente inovando na segurança pública das eleições, contou com um oficial em cada um dos 853 municípios, com cerca de 36 mil policiais e 5.607 viaturas trabalhando nas eleições.

Somando-se toda a força disponível, Polícia Federal, Polícia Civil, Militar e PRF, podemos ter chegado a aproximadamente 50 mil policiais trabalhando para garantir a tranquilidade dos trabalhos das 304 zonas eleitorais de Minas Gerais.

Todos os juízes e juízas eleitorais de Minas Gerais se reuniram presencialmente com o presidente do TRE-MG, desembargador Maurício Soares, e com seu vice-presidente e corregedor regional Eleitoral, desembargador Octavio Boccalini, além de servidores da Justiça Eleitoral, ocasião em que receberam todas as instruções necessárias.

Reuniões em cinco polos regionais do Estado também foram realizadas, com a promoção de encontros pessoais dos magistrados e magistradas eleitorais com os responsáveis pelas forças de segurança pública, assegurando-se, assim, agilidade e integração no desempenho da garantia dos trabalhos e do pleito eleitoral.

A missão da Justiça Eleitoral, juntamente com todas as forças de segurança pública e com total transparência, foi a de garantir a todos os eleitores e servidores, um ambiente seguro e tranquilo para o exercício do voto de todos os cidadãos e cidadãs, como, de fato, ocorreu no primeiro domingo de outubro último.

(\*) Juiz e diretor da Escola Judiciária Eleitoral dos TRE-MG e coordenador do Gabinete Institucional de Segurança (GIS)

## Abertas as inscrições para o Congresso da Magistratura Mineira

**Estão abertas, até o dia 30 de novembro, as inscrições para o I primeiro Congresso da Magistratura Mineira, que será realizado pela Amagis, dos dias 30 de novembro a 2 dezembro, em Belo Horizonte, com o tema “Magistratura, Democracia e Responsabilidade Social”.**

A Diretoria da Associação trabalha para

finalizar a programação, que deverá incluir a participação de ministros de Cortes Superiores, representantes do Conselho Nacional de Justiça, parlamentares, magistrados, secretários de governo e jornalistas.

Serão debatidos temas como a “Magistratura e os Novos Tempos”, “Aspectos jurídicos da utilização de sistemas de inteligência

artificial pelo Poder Judiciário”, “Meio ambiente e atividade mineradora: uma equação possível?” e “Magistratura e Literatura”.

O encontro tem o patrocínio da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), conta com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte e acontecerá no Hotel Ouro Minas, parceira da Amagis no evento.

**DESEMBARGADOR RENATO LUÍS DRESCH**  
2º VICE-PRESIDENTE DO TJMG



# Formação permanente

O desembargador Renato Luís Dresch, 2º vice-presidente do TJMG e superintendente da Ejef, fixou entre suas metas a valorização de encontros de formação no interior do Estado e o credenciamento da Escola junto ao MEC, a fim de levar adiante a missão do Tribunal de aperfeiçoamento permanente da prestação jurisdicional.

### **Quais os objetivos da gestão do senhor na Ejef?**

Temos uma preocupação muito grande de alcançar magistrados e servidores de todo o Estado. Por essa razão, estamos trabalhando para priorizar a realização de atividades semi-presenciais, a fim de valorizar o contato entre as pessoas. O uso das ferramentas de ensino a distância facilita muito, mas a interlocução e a vivência fora da hora efetiva do curso são muito produtivas. Os momentos de convivência também são importantes para a formação.

### **A Escola Judicial está interiorizada?**

Está. Hoje, temos 24 núcleos regionais da Ejef, nos quais pretendemos realizar as atividades presenciais. A atuação dos núcleos nas regionais e a atuação física da Escola nas comarcas também são importantes para conhecermos de perto as especificidades de cada localidade e atender melhor às necessidades dos magistrados e servidores que atuam no interior do Estado.

### **Como o senhor avalia e quais as novidades na atuação da Ejef como escola de governo?**

O credenciamento da Ejef como escola de governo ampliou muito a nossa atuação. Com esse avanço, podemos ter cursos de especialização, como por exemplo, sobre o Direito Empresarial, que já está em andamento. Estamos em tratativas para a realização de cursos nas áreas criminal, de família e gestão. A preocupação com a gestão pública deve-se ao fato de precisarmos de gerentes e chefes de secretarias cada vez mais qualificados para apoiar os magistrados. Outra providência que está sendo tomada é o estudo do credenciamento da Ejef junto ao Ministério da Educação, ampliando ainda mais a nossa atuação. Também estamos

desenvolvendo uma revista especializada, que pretendemos credenciar junto à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), para recebermos avaliação Qualis Periódicos, a fim de que a publicação se torne uma fonte de consultas acadêmicas.

### **Como as especializações oferecidas pela Ejef podem contribuir com a prestação jurisdicional?**

Podem ter um alcance muito grande, pois as pessoas qualificam-se teoricamente e de forma técnica em várias áreas. Há diversa temáticas que são difíceis de compreender, de maneira mais aprofundada, apenas com uma palestra, como, por exemplo, os crimes virtuais.

### **Cite um aspecto da gestão que o senhor considera importante para os magistrados que se iniciam na carreira.**

É preciso trabalhar com horizontalidade. O magistrado quando chega ao interior leva a teoria, seu conhecimento, e precisa aproveitar a prática, a experiência e a compreensão que os servidores têm da comarca. Cada cidade tem sua peculiaridade, e o magistrado deve tentar integrar-se naquela sociedade. Isso acontece muito quando a pessoa tem um olhar horizontal.

### **Além da formação permanente, como a Ejef atua para orientar os magistrados?**

A Escola está atenta a aspectos da vida de magistrados e servidores. Por isso, ela oferece, entre outros, um curso permanente de preparação para a aposentadoria. Precisamos nos planejar para a inatividade, pois trata-se de um momento novo da vida das pessoas. Na falta de uma preparação, o indivíduo pode acabar tendo problemas que poderiam ser evitados.

***“O uso das ferramentas de ensino a distância facilita muito, mas a interlocução e a vivência fora da hora efetiva do curso são muito produtivas. Os momentos de convivência também são importantes para a formação”***

## INSTITUCIONAL

### DIÁLOGO

# Senador e vereador visitam a Amagis

Como parte dos encontros com os candidatos mineiros, a diretoria da Amagis recebeu, nos dias 8 e 20 de setembro, o senador Carlos Viana (PL) e o vereador Bruno Miranda (PDT), que, respectivamente, concorreram aos cargos de governador e senador nas eleições deste ano.

Segundo o presidente da Associação, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, os encontros com os candidatos e lideranças políticas de seus partidos foram importantes para a Diretoria apresentar as pautas da Classe e do Poder Judiciário, entre as quais há várias de interesse comum dos Três Poderes. “Uma Magistratura enfraquecida é sempre uma democracia enfraquecida”, afirmou.

Durante o período eleitoral, a Diretoria da Associação recebeu, além de Carlos Viana e Bruno Miranda, os candidatos ao Governo de Minas Marcus Pestana, Alexandre Kalil, Vanessa Portugal e Lorene Figueiredo.

IZABELA MACHADO



TIAGO PARRELA



Diretoria com os candidatos Carlos Viana e Bruno Miranda na Amagis



OURO MINAS. O HOTEL OFICIAL  
DA AMAGIS EM BELO HORIZONTE.  
Associados AMAGIS têm tarifa especial.

MAIS INFORMAÇÕES:  
(31) 3429-4001 | (31) 99463-4001  
RESERVAS@OUROMINAS.COM.BR  
OUROMINAS.COM.BR

  
OUROMINAS  
HOTEL & EVENTS

## INSTITUCIONAL

TRIÂNGULO MINEIRO

# Araguari inaugura Praça da Justiça e homenageia Nelson Missias

O desembargador Nelson Missias de Moraes, ex-presidente do TJMG e da Amagis, foi homenageado, no dia 22 de setembro, durante a inauguração das obras de revitalização da Praça da Justiça na Comarca de Araguari (Triângulo Mineiro).

A diretora do foro, juíza Ana Régia Santos Chagas, falou em nome dos magistrados, das magistradas e servidores da Comarca e agradeceu o empenho, carinho e dedicação do desembargador Nelson Missias com Araguari. “Hoje, expressamos nossa eterna gratidão ao grande líder que honra a Magistratura mineira: Nelson Missias de Moraes”, disse a juíza, que também manifestou gratidão ao prefeito Renato Carvalho e a seu antecessor Marcos Coelho, por revitalizarem a praça.

O desembargador Nelson Missias manifestou satisfação de retornar a Araguari, onde instalou uma Seccional

GEÓRGIA BACVAROFF



Magistrados do Triângulo Mineiro com Nelson Missias e diretores da Amagis

da Amagis no período em que presidiu a instituição, e que, na presidência do TJMG, deu início às obras do novo fórum. “Entrar aqui neste prédio, acompanhado de tantos juízes amigos é uma alegria”, destacou.

O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, a vice-presidente Administrativa da Associação, juíza Rosimere das Graças do Couto, e o vice-presidente de Saúde, juiz Jair Francisco dos Santos, participaram da solenidade.

## NOVO DESEMBARGADOR

O magistrado Joemilson Donizetti Lopes tomou posse, no dia 15 de setembro, no cargo de desembargador do TJMG, em solenidade realizada no gabinete da Presidência do Tribunal. Ele integrará a 12ª Câmara Cível do TJMG. Donizetti disse que entregará aos jurisdicionados uma prestação cada vez mais célere, operosa e com a qualidade que a sociedade necessita. O presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, o ouvidor da Associação, juiz Auro Aparecido Maia de Andrade, e a desembargadora Luzia Peixôto participaram da cerimônia.

TIAGO PARRELA



## LGPD

### CONSULTORIA ESPECIALIZADA EM PROTEÇÃO DE DADOS

**+ DE 50 PROJETOS** Mais de 50 projetos de adequação LGPD executados.

**+ DE 25 ANOS DE EXPERIÊNCIA** A HDPO conta com um time de especialistas em implantação de projetos LGPD com mais de 25 anos de experiência em Direito Médico e Gestão de Saúde.

**SISTEMA EXCLUSIVO DE GESTÃO LGPD** Plataforma on-line que facilita o processo de adequação à LGPD.

## CONTROLE PROTEÇÃO SEGURANÇA

hdpo.com.br  
(031) 9 8208-9292  
contato@hdpo.com.br

# Diálogo entre direito e literatura revela talentos na Magistratura

Depois do livro ‘Visita à Casa de Drummond’, lançado no dia 17 de agosto, o desembargador Bruno Terra Dias, ex-presidente da Amagis, pretende publicar, em novembro, a obra ‘Pequenas Histórias’. Nesse mesmo mês, o desembargador do TJMG Fernando Armando Ribeiro deverá retirar do prelo os poemas ‘Retratos de Primavera’.

Colaboradores assíduos da Revista MagisCultura Mineira e membros do grupo Juizes Poetas, que reúne magistrados de todo o País, os desembargadores são exemplos de uma particularidade da carreira, que aproxima a literatura do direito e possibilita aos magistrados e magistradas desenvolverem seu talento nas artes literárias.

Para Fernando Armando, há uma interdisciplinaridade muito forte entre o direito e a literatura que, historicamente, pode ser comprovada em uma análise mais cuidadosa de livros como ‘O Estrangeiro’, de Albert Camus, ‘Medida Por Medida’, de Shakespeare, e ‘Crime e Castigo’, de Dostoiévski, entre outras obras.

Por outro lado, na avaliação do desembargador, os profissionais do direito estão atrelados à construção de narrativas, aproximando-se, portanto, do universo da literatura. “Não podemos negar que, de certa forma, o direito é também uma literatura na medida em que lida com o drama humano, trazido ao processo por meio de palavras”, observou.

Ao analisar a relação entre esses dois saberes (direito e literatura), Bruno Ter-

IZABELA MACHADO



Bruno Terra e Fernando Armando no lançamento do ‘Visita à Casa de Drummond’

ra ponderou que o primeiro é a própria história das sociedades, no viés das permissões, restrições, tabus, cultura e civilidade. Já o segundo, para ele, descreve e antecipa aquilo que o direito propõe e deve ser, as sanções e as premiações das qualidades proscritas ou desejadas.

“Domar instintos e o espírito é tarefa da civilização e do direito, algo que a literatura relata em páginas de comédia e tragédia, drama e comicidade. Caminham, portanto, lado a lado, em uniões necessárias e relações dialéticas o direito e a literatura”, afirmou o desembargador Bruno Terra.

Os desembargadores consideram que a relação entre o direito e a literatura contribuem para o estudo e a prática de ambos. Na compreensão de Bruno Terra, a literatura ajuda a formar a consciência

a partir da qual se estabelecem parâmetros de comparação, de exigência moral e ética, que servirão de referência à produção do direito. “Quanto melhor a compreensão da sociedade e de seus integrantes, em coletividade e individualidade, melhor o estudo e a compreensão do conjunto de regras disciplinares a que denominamos direito”, disse.

Segundo Fernando Armando, o direito, por sua vez, possibilita ao juiz e à juíza, no seu dia a dia, refletir sobre questões humanas dos mais diversos matizes e facetas, sejam familiares, criminais, econômicas e sociais. “Tudo isso oferece ao observador atento (que é uma das marcas do escritor) uma riqueza de elementos que nutre e densifica suas criações literárias”, avaliou.



## Sinal vermelho contra a violência doméstica

Jair Francisco dos Santos  
Juiz do Juizado Especial Criminal e  
vice-presidente de Saúde da Amagis

CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

TJMG Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais

AMB Associação dos Magistrados Brasileiros

AMAGIS ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS

# MagisCultura é opção para juízas no universo editorial

Tradicionalmente, o mercado editorial é formado, em sua maioria, por homens. No entanto, esse quadro está mudando. Segundo dados da plataforma de autopublicação Clube de Autores, o número de escritoras no Brasil saltou de 34% para 44%, de 2019 a 2021. Nesse contexto, a revista MagisCultura é uma opção para as magistradas que pretendem divulgar sua produção literária.

De acordo com a juíza Aldina Soares, integrante do Conselho Editorial da MagisCultura, embora em algumas edições da revista a participação das juízas possa ser menos marcante, as magistradas sempre estão dis-

postas a contribuir com a publicação de contos, poemas, crônicas e outros gêneros literários.

## ESTÍMULO

Foi no quarto ano primário, na turma da professora Auxiliadora dos Santos (mãe do presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos), ao vencer um concurso de redação da Escola Estadual Professor Leon Renault, que Aldina Soares ganhou confiança para escrever. Na juventude, o contato e as críticas de escritores como Libério Neves, Adão Ventura e Murilo Rubião, estimularam a juíza a continuar compondo poesias.

A partir de sua experiên-

ERIC BEZERRA/TJMG



Aldina Soares, membro do Conselho Editorial da MagisCultura

cia, Aldina Soares esclareceu aos associados, em particular às magistradas que desejam publicar seus trabalhos, que o Conselho Editorial da MagisCultura analisa a qualidade técnica dos textos e o cumprimento das normas da revista,

respeitando a subjetividade dos autores. “Novos talentos femininos aportaram na MagisCultura nos últimos números, o que me permite afirmar ser a participação das magistradas cada vez mais dinâmica e expansiva”, afirmou.

## PARCEIRO AMAGIS

# 5 razões para investir e morar em Portugal.

Localização: voo direto Belo Horizonte / Lisboa

Qualidade de vida

Média de 300 dias de sol por ano

Benefícios fiscais

Crescimento e oportunidades no Turismo

**Maia**  
INTERNATIONAL

Acesse o QR code e conheça todos os imóveis



BRASIL

R. Tomaz Gonzaga 802/ 1001 - Belo Horizonte (31) 99973-7280

PORTUGAL

Rua Coelho da Rocha 26 B - Lisboa +351 913 777 197



## Rossio

Lisbon



€ 650.000  
€ 900.000

1 e 2 Quartos

62 a 91m<sup>2</sup>



## Trigo

Alfama, Lisbon

€ 710.000  
€ 730.000

2 Quartos

121m<sup>2</sup>



## Unique Belém

Belém, Lisbon

€ 1.750.000

3 Quartos e cobertura

144m<sup>2</sup>



## Praia do Sal

Alcochete



€ 360.000  
€ 560.000

1 e 2 Quartos

58 a 84m<sup>2</sup>

maiaip.com

Info@maiaip.com

AMAGIS

CULTURA

REPRODUÇÃO

# CURADORIA



DESEMBARGADOR  
DOORGAL ANDRADA

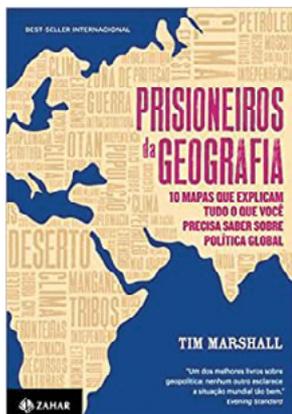


JUÍZA SOPHIA  
GORETI ROCHA  
MACHADO

LIVRO

## Prisioneiros da Geografia

É um livro muito interessante, de autoria do jornalista e escritor britânico Tim Marshall. O autor aborda a geografia do planeta, analisando regiões onde há tensões políticas de fronteiras, seculares, “eternas”, que algum dia, de acordo com ele, podem resultar em conflitos. O livro foi editado há quatro anos, e o curioso é que Marshall já indicava a possibilidade de um confronto ocorrer na Ucrânia. Prisioneiros da Geografia foi editado pela Zahar e está disponível para venda nos formatos impresso e e-book.



FILME

## A Juíza

O filme retrata a vida da magistrada da Suprema Corte dos Estados Unidos Ruth Bader Ginsburg. A película é muito interessante porque traz à tona conflitos ainda muito atuais sobre a inserção da mulher na Magistratura, como o machismo estrutural e a atuação profissional. O filme mostra a rotina da juíza Ruth Ginsburg, servindo de exemplo para todas as magistradas do País. O roteiro foi escrito com a participação de Ruth Ginsburg. A juíza é interpretada por Felicity Jones.



# Nomes que deram voz ao samba

TIAGO PARRELA

Hildemar e Angenor foram dois dos maiores sambistas brasileiros, mas ficaram conhecidos por outros nomes. O primeiro, foi Monarco da Portela; o segundo, Cartola.

Monarco nasceu Hildemar Diniz, falecido no final do ano de 2021, aos 88 anos. Ainda menino, morador de Nova Iguaçu, no estado do Rio de Janeiro, gostava de ser conhecido e chamado de Monaco, sem o ‘r’.

A história é contada em livro à celebração ao artista, que como consta se identificou com a história e nome de um personagem de historinha em quadrinhos, de nome Monaco, e que iria fazer com que adotasse o nome artístico para adentrar e fazer história na Portela e no samba brasileiro.

Foi assim que Hildemar ganhou o apelido de Monaco, ou Naco, e que toda sua família assim o chamava. Quando chegou em Oswaldo Cruz, bairro carioca, surgiu o “r”, e Monaco virou Monarco, que, a partir dos anos 40, passou a ser chamado assim nas ruas, em casa, nos trabalhos, em Oswaldo Cruz e na Portela.

## CARTOLA OU ANGENOR DE OLIVEIRA

“Cartola não existiu, foi um sonho que a gente teve”. Assim o músico, compositor e sambista Nelson Sargento descrevia o colega de profissão e de agremiação que se chamava Angenor de Oliveira. Em um de seus tantos versos, Cartola falava e cantava: “semente de amor sei que sou de nascença”. O célebre poeta Manuel Bandeira tinha grande admiração pelo verso e o considerava “um alexandrino perfeito”, em referência aos poetas dessa escola.

O primeiro samba com o qual a Escola de Samba Estação Primeira de Mangueira desfilou era de autoria de Cartola. “Chega de demanda”, composto em 1928. Ficou inédito até 1974, quando, 46 anos depois, foi incluído no álbum “Histórias das Escolas de Samba: Mangueira” (pelo Discos Marcus Pereira).

“Chega de demanda/Chega!/Com este time temos que ganhar/Somos da Estação Primeira/Salve o Morro de Mangueira”

## DESCANSO E LAZER

CIDADE ACONCHEGANTE

# Caldas Novas oferece atrativos além das águas termais aos turistas

Uma cidade pequena e aconchegante, reconhecida por suas águas termais, na qual há uma série de atrativos naturais para os visitantes, que vão além deles e dos grandes eventos. É assim que a juíza Edinamar Aparecida da Silva, da 3ª Vara Cível da Comarca de Uberlândia (Triângulo Mineiro), define Caldas Novas (GO).

Para a magistrada, que se hospeda na colônia de férias de Caldas Novas uma vez por ano, restaurantes com comida típica da região, o passeio na praça central, onde há várias barracas, música ao vivo e artistas locais, é sempre uma boa pedida para quem deseja fugir da correria do dia a dia. “Os finais de tarde na praça central são uma atração imperdível”, disse.

Edinamar também recomenda uma visita ao jardim japonês, que fica ao lado do Hotel Di Roma, onde a Amagis possui dez apartamentos. “O paisagismo ao estilo japonês com fontes, pontes e bambus, ambiente tranquilo e familiar, é perfeito para um passeio”, comentou.

Outros atrativos sugeridos pela juíza são os passeios de lancha, barco ou jet-ski no Lago de Corumbá, a visita ao Santuário Diocesano de Nossa Senhora da Salete, lojas de artesanatos, a cachaçaria e o passeio de ‘trenzinho’ com as crianças, que para em diversos pontos turísticos da cidade. Ela também indica o Hot Park, um parque aquático com águas naturalmente quentes, que fica no município do Rio Quente próximo a Caldas Novas.

ARQUIVO PESSOAL



Edinamar e familiares curtem a piscina em Caldas Novas

### ✓ DICAS DA MAGISTRADA

- Pamonharias
- Praça Central
- Jardim Japônes
- Lago de Corumbá
- Lojas de Artesanato
- Fábricas de roupa e banho
- Hot Park na cidade de Rio Quente
- Santuário Diocesano de Nossa Senhora da Salete
- Passeio de trenzinho por pontos turísticos

**VAI TORCER PELO BRASIL NO CATAR?  
ADQUIRA SEU RIAL COM A PICCHIONI**

LEIA O QR CODE  
E BAIXE O APP



Disponível na  
App Store  
e no  
Google Play

O RIAL é a moeda oficial do Catar. Então, se você planeja visitar o país nessa Copa, garanta agora mesmo sua moeda com a Picchioni

**PICCHIONI**  
CÂMBIO  
DESDE 1945

Central de Atendimento  
**(31) 3517-0000**

site | loja virtual  
[www.picchioni.com.br](http://www.picchioni.com.br)

Instituição autorizada pelo Banco Central do Brasil | Cuidadoria: 0800 601 7100

## PENSAMENTO JURÍDICO



### DESAFIOS DA CARREIRA

Eles passam por várias experiências, desde a distância da família à adaptação a cidades com realidades diferentes. Qual é o tamanho dos desafios do início da carreira para magistrados e magistradas? Qual a importância dessa fase na formação profissional? Para falar sobre o assunto, o programa recebeu o juiz Fábio Magrini, da Comarca de Campos Gerais. (Foto)

### APOIO A GESTANTES

Além das dificuldades habituais encontradas pelas magistradas no cotidiano, a maternidade ainda é vista como obstáculo para a igualdade de gênero. Qual é a realidade no Judiciário? Existem programas de apoio para as magistradas e servidoras gestantes? O programa entrevistou a juíza Sophia Goreti Rocha Machado, diretora do Foro da Comarca do Serro.

### CANAIS E PROGRAMAÇÃO

#### TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

#### Horários:

terça-feira, às 21h (inédito), quinta-feira, às 13h, e domingo, às 4h30 (reprises)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE



#### TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

### BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA

Dois séculos depois de sua emancipação, o Brasil avançou, mas ainda é desafiado por profundas desigualdades sociais e riscos à democracia. Quais as lições do bicentenário da Independência e seus efeitos no campo do Direito? O programa conversou com o desembargador Doorgal Borges de Andrada, estudioso do tema e um dos descendentes do Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada.

### DIREITO E BIOÉTICA

Há um ramo do Direito que se associa à bioética para estudar as relações jurídicas dos direitos e o avanço da tecnologia conectada à medicina e à biotecnologia. Conversamos com a juíza Alinne Arquette Leite Novais, titular da 4ª Vara Cível da Comarca de Muriaé. A magistrada é uma das organizadoras do livro “Tratado de Bioética Jurídica”, lançado pela Editora Almedina.

### APOIO TÉCNICO NA SAÚDE

O programa abordou o aumento do número de processos que tramitam na Justiça, relacionados à área da saúde, e os efeitos da atuação do Núcleo de Apoio Técnico do Judiciário na tomada de decisão dos magistrados. Participaram a juíza Raquel Discaccianti Bello, da 1ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública do Juizado Especial de BH, e a médica Ilma Machado, do NAT-JUS do TJMG. (Foto)

### POLÍTICA AUTOCOMPOSITIVA

O juiz Juliano Carneiro Veiga, da Comarca de Muriaé, foi eleito 2º vice-presidente do Fórum Nacional da Mediação e Conciliação, composto pelos Núcleos Permanentes de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos dos Tribunais estaduais do País e pelos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. O programa traçou um diagnóstico sobre a política autocompositiva no país.

### ABORTO LEGAL

O aborto legal é um procedimento de interrupção de gestação previsto em lei há mais de 80 anos no Brasil e deve ser oferecido gratuitamente pelo SUS. O juiz Marcelo Paulo Salgado, da 36ª Vara Cível de Belo Horizonte, e a defensora pública Samantha Vilarinho, coordenadora de Defesa dos Direitos das Mulheres da Defensoria Pública de Minas Gerais, falaram sobre legislação relacionada ao aborto.

### MULHER TRANS

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu ser possível a aplicação da Lei Maria da Penha em casos de agressão a mulheres transexuais. Para falar sobre esse tema, participaram do Via Justiça o juiz Fabiano Garcia Veronez, da 2ª Vara Criminal da Comarca de Uberaba (Triângulo Mineiro), e o promotor Rafael Moreno, da mesma Comarca. Assista no youtube. (reprise)

## VIA JUSTIÇA



### CANAIS E PROGRAMAÇÃO

#### TV Justiça no Brasil:

DHT (6), Embratel (120), Oi (21), Sky (167), Star Sat (27), Sky (167), Telefônica (691)

#### Horários:

TV Justiça: quarta-feira, às 9h30 (inédito), domingo às 21h e terça às 4h (reprises)

#### TV Justiça em BH:

Net (7), Oi (6 e 901)

#### TV Assembleia:

Net e Oi TV (11), Sinal aberto digital (61,2) e analógico UHF (35)

#### TV

#### Assembleia

Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

VEJA OS PROGRAMAS NO YOUTUBE





2009

Inauguração do Memorial da Amagis foi destaque do Decisão, na celebração de 55 anos da Associação

## DESCANSO E LAZER



2015

Em outubro, foi publicada uma edição especial do DECISÃO sobre os 60 anos da Amagis



### MAGISTRATURA NA MÍDIA

# Imprensa valoriza Prêmio Amagis de Jornalismo

**Promovido com o objetivo de estimular a produção de reportagens sobre a importância do Judiciário de Magistratura para a sociedade, o Prêmio Amagis de Jornalismo 2022 tem recebido elogios e adesão dos veículos de imprensa. As inscrições podem ser realizadas até o dia 1º de novembro.**

Essa foi a tônica do encontro entre o presidente da Amagis, juiz Luiz Carlos Rezende e Santos, e o diretor executivo da Band Minas, Bernardo Teles, no dia 12 de setembro, que elogiou a iniciativa da Associação, destacou a importância de reconhecimento

e valorização da imprensa profissional, bem como do diálogo com a Magistratura e o Judiciário. O prêmio também já foi apresentado a dirigentes da CBN, Itatiaia e Estado de Minas, que também elogiaram a iniciativa.

A premiação conta com o apoio da Associação Mineira de Rádio e Televisão (Amirt), da Associação Mineira de Municípios, Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais e Academia Mineira de Letras.

#### CATEGORIAS

Poderão ser inscritos matérias publicadas em jornais im-

AMAGIS



**Bernardo Teles e Luiz Carlos na Band Minas**

presso, internet (sites e blogs), e que tenham sido veiculadas nas emissoras de televisão e rádio, no período de 1º de novembro de 2021 a 1º de novembro de 2022. Haverá premiação dedicada aos jornalistas que atuam no interior do Estado e para o fotojornalismo.

Serão aceitas inscrições de matérias sobre mediação e conciliação na pacificação de conflitos, proteção à população de vulneráveis, decisões

e atuação em defesa do meio ambiente, crescimento da presença feminina como forma de qualificar e pluralizar o Judiciário, alternativas ao sistema prisional e ressocialização do indivíduo, papel dos juízes e juízas eleitorais na consolidação da democracia, e outras ações que reafirmam a importância social da Magistratura e do Judiciário na pacificação dos conflitos e garantia do Estado de Direito e da democracia.

AMO - Associação Mineira de Orquidófilos convida para

## 41ª Exposição de Orquideas

21, 22 e 23 OUTUBRO/22

Salão da AMAGIS  
Rua Ouro Fino, 367, Bairro Cruzeiro - Belo Horizonte

Horários:  
Sexta e Sábado: 10h às 19h | Domingo: 10h às 17h

Siga a AMO: @orquideas\_amo /amoorquideasbh

Realização: AMAGIS Apoio: AMAGIS

## EU LEIO O DECISÃO

O jornal DECISÃO é muito importante. Sempre o li com muita atenção. O jornal nos traz as notícias da Classe e da luta perene da Amagis em prol da Magistratura mineira. E agora, sobretudo na minha aposentadoria, no meu retiro, refugiado na sombra dos livros, aguardo sempre com muita ansia as edições do DECISÃO e o leio com muito gosto, porque me reaproxima, faz-me retornar da casa materna, da profissão, dos amigos e das ideias que em embalam em todo o curso da minha carreira.

MIRNA DE MOURA/TJMG



**Desembargador Luciano Pinto**

## AMAGIS EM IMAGENS



Luiz Carlos no Tribunal Internacional Estudantil da Dom Helder



Juíza Edna Lopes comanda mutirão em Santa Luzia



Juízes Wagner Cavaliere e James Ferreira dos Santos



Presidente da Amagis com o juiz Matheus Miranda



Rogério Medeiros recebe cidadania de Governador Valadares



Renzzo Giacomo é agraciado com a Medalha Petrônio Miglio

# Outubro Rosa alerta sobre os riscos do câncer de mama

PNGTREE

De acordo com o Instituto Nacional de Câncer (INCA), a estimativa é de que 66 mil casos de mama sejam registrados no Brasil neste ano. Apesar da ampla divulgação da doença em campanhas de prevenção, como a Outubro Rosa, realizada este mês, a taxa de óbitos (15,5% no mundo), ainda é considerada expressiva por especialistas como o médico Enaldo Melo de Lima, Coordenador do Hospital Integrado do Câncer da Rede Mater Dei.

O principal sintoma da doença é o surgimento de nódulos na mama, que geralmente são indolores. Lima observou que alterações da pele na região mamária, como retração ou feridas, alteração da coloração, retração e secreção no mamilo também podem ser indicativos do câncer de mama.

Além do autoexame, que deve ser feito rotineiramente, o médico ressaltou que os exames clínicos precisam ser feitos pelo menos uma vez por ano, a partir dos 35 anos, e quando necessário a análise deve ser complementada com o ultrassom da mama. Lima alertou que, se qualquer sintoma for identificado, a mulher deve procurar, imediatamente, tanto o ginecologista quanto o mastologista para que o diagnóstico seja feito o mais rápido possível.

Segundo o especialista, existem vários estágios da doença, que variam entre o

zero (tumor inicial) até o quatro, mais complexo, que atinge apenas 6% das pacientes. “Quando o diagnóstico é feito nos estágios iniciais (zero, um e dois) a taxa de cura ultrapassa 95%”, afirmou Enaldo Lima.

Entre os fatores de aparecimento da doença está a hereditariedade. Lima disse que os cânceres de mama de origem familiar têm incidência em torno de 25% e aqueles de componente genético apresentam uma taxa

de 15%. “Em geral, essas pacientes podem ter câncer de mama mais jovens, antes dos 40 anos, podendo ocorrer até mesmo antes dos 30 anos”, advertiu o médico.

Conforme o especialista, hoje, há uma recomendação formal de que todas as mulheres diagnosticadas com câncer de mama sejam consultadas por uma equipe de genética. “A avaliação genética da paciente pode ser necessária inclusive para tratamentos distintos”, disse Enaldo Lima, que também observou o fato de que 75% dos cânceres de mama ocorrem ao acaso, principalmente depois da menopausa, sem que mulher tenha histórico familiar ou herança genética.

### AMAGIS SAÚDE

Com o parte das ações de

conscientização e incentivo à prevenção, a Amagis Saúde irá isentar a taxa de coparticipação de 25% das magistradas e beneficiárias do plano que realizarem o exame de mamografia neste mês.

A taxa de coparticipação é o valor pago pelo usuário do plano em alguns procedimentos ambulatoriais, diagnósticos clínicos ou terapêuticos. A iniciativa é uma ação ligada à campanha Outubro Rosa, criada para conscientizar a população dos riscos do câncer de mama.

SUPLEMENTO DO PLANO DE SAÚDE DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS MINEIROS AMAGIS

PRESIDENTE  
**LUIZ CARLOS REZENDE E SANTOS**

VICE-PRESIDENTE DE SAÚDE  
**Jair Francisco dos Santos**

DIRETOR DE SAÚDE  
**Edison Feital Leite**

DIRETORA FINANCEIRA  
**Flávia Birchal de Moura**

CONSELHO GESTOR:  
SEGUNDA INSTÂNCIA  
**Edison Feital Leite**  
**Marco Aurélio Ferezini**  
Suplentes  
**Valéria Rodrigues Queiroz**  
**Guilherme Azeredo Passos**

JUÍZES DA CAPITAL  
**Flávia Birchal de Moura**  
**Renato Luiz Faraco**  
Suplentes  
**Clayton Rosa de Resende**  
**Cláudia Aparecida Coimbra Alves**

JUÍZES DO INTERIOR  
**Elxander Camargos Diniz**  
**Josselma Lopes da Silva Lages**  
Suplentes  
**Fabiano Garcia Veronez**  
**Marcelo Carlos Cândido**

APOSENTADOS  
**Ana Maria de Oliveira Froes**  
**José Nicolau Masselli**

SUPLENTES  
**Maura Angélica Ferreira**  
**José Maria dos Reis**

OUIDOR DA AMAGIS SAÚDE  
**Auro Aparecido Maia de Andrade**

PROJETO GRÁFICO  
**Agência Graffo**

DIAGRAMAÇÃO  
**Publicare Design**

PRÉ-IMPRESSÃO/IMPRESSÃO  
**Imprimaset**

Rua Albita, 194 • Cruzeiro  
Belo Horizonte • MG  
Telefax: (31) 3079-3499  
e-mail: imprensa@amagis.com.br  
www.amagis.com.br

## PREVENÇÃO E COMODIDADE

# Check-up completa cinco anos promovendo a saúde dos magistrados

Com a aprovação e recomendação de magistrados e magistradas, o Check-up da Amagis Saúde completou cinco anos em setembro. O programa, que possibilita aos usuários do plano realizarem, gratuitamente, uma bateria completa de exames foi criado na gestão do desembargador Maurício Soares (2016-2018), atual presidente do TRE-MG, cuja vice-presidente era a desembargadora Luzia Peixôto.

Inicialmente, os usuários do plano só podiam agendar os exames no mês do seu aniversário. Entretanto, com o sucesso do programa, na gestão do desembargador Alberto Diniz Júnior (2019-2021), que tinha como vice-presidente de Saúde, a juíza Rosimere do Couto, os usuários do plano passaram a poder marcar a consulta a cada 12 meses, ou seja, uma vez por ano, sem uma data preestabelecida.

Desde então, como parte

da política de aperfeiçoamento permanente da Amagis Saúde, a Diretoria da Associação tem trabalhado para garantir o atendimento aos magistrados e magistradas que atuam nas comarcas do interior, sem a necessidade de se deslocarem para Belo Horizonte.

Atualmente, como resultado desses esforços, os usuários podem optar pelo atendimento em Montes Claros, no Check-Up Center Norte de Minas, Juiz de Fora, no Hospital Monte Sinai, Ipatinga, Hospital Márcio Cunha, em Uberlândia, no Instituto de Patologia Clínica Sabin.

A Diretoria da Associação continua trabalhando para ampliar a oferta do serviço, com o padrão de excelência da Amagis Saúde, em todo o Estado.

### RECONHECIMENTO

Essa qualidade é reconhecida pelos associados, como o juiz Murilo Silvio de Abreu, da

KEMPTON VIANNA



Check-up pode ser feito no Hospital Monte Sinai, na Zona da Mata

2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias de Belo Horizonte, que fez o Check-up da Amagis Saúde pela primeira vez neste ano, na Clínica Check-up Center. “Me surpreendi. Superou as expectativas, não só pela quantidade de procedimentos, extremamente abrangentes, mas também pela qualidade dos exames e dos profissionais envolvidos no atendimento”, afirmou.

A comodidade foi destaca-

da pela juíza Edna Lopes Caetano, da Comarca de Santa Luzia, como um dos pontos positivos do programa de Check-up da Amagis Saúde. “Talvez, em situações normais, não conseguiria parar minha rotina e fazer exames em tão pouco tempo se o Check-up não fosse concentrado”, comentou a magistrada, que recomendou a todos os associados fazerem o uso desse benefício oferecido pela Associação.

## COPARTICIPAÇÃO

### O que é coparticipação?

É o percentual cobrado do associado sobre o valor total das despesas pagas pela Amagis Saúde em determinados procedimentos. Veja a seguir alguns eventos nos quais incidem a taxa de coparticipação.

### Não incide taxa de coparticipação

Procedimentos ambulatoriais de hemodiálise, diálise peritoneal, quimioterapia, radioterapia, hemodinâmica, hemoterapia e litotripsia. Não há cobrança em procedimentos cirúrgicos, inclusive os ambulatoriais, internações, remoção inter-hospitalar, órteses e próteses cirúrgicas.

### Coparticipação de 25%

Consultas, exames, terapias, hospital-dia psiquiátrico e alguns procedimentos ambulatoriais.

### Coparticipação de 50%

Assistência domiciliar entre o 16º dia e o 45º atendimento. Internações decorrentes de transtornos de saúde psiquiátricos, quando ultrapassados 30 dias de internação, contínuos ou não, por ano, não cumulativos.